



Comissão  
Europeia

# Acesso à Justiça no Domínio do Ambiente

## Que vantagens traz ao público?

*O acesso à justiça no domínio do ambiente significa que as pessoas podem recorrer aos tribunais...*

Os cidadãos devem poder recorrer aos tribunais se as autoridades públicas não respeitarem os direitos e os requisitos estabelecidos pelas leis ambientais da UE.

*... para protegerem a sua saúde e o meio ambiente.*

Estas leis visam proteger a saúde das pessoas e a natureza.

As leis da UE em matéria de água limpa, qualidade do ar, gestão de resíduos e outros temas conferem ao público o direito a:

- receber informações ambientais;
- participar nas decisões; e
- beneficiar de proteção da saúde através de limites de poluição.



As leis da UE em matéria de proteção da natureza também criam direitos. Os cidadãos desempenham um papel importante na preservação de um ambiente são.

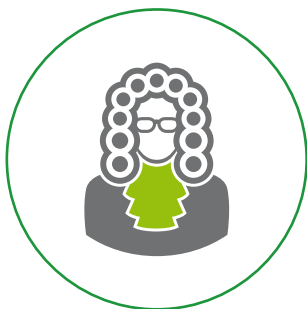
As autoridades públicas devem cumprir determinados requisitos mínimos quando respondem a pedidos de informações, consultam o público, verificam o estado do ar e da água, elaboram planos para proteger o ambiente e restringem atividades potencialmente nocivas.

## Qual a importância do acesso à Justiça?

Quando estes direitos e requisitos não são aplicados de forma coerente em toda a UE, podem prejudicar os progressos realizados para atingir os objetivos ambientais da UE e impedir que os cidadãos desfrutem de todos os benefícios das leis ambientais da UE.

## De que se trata?

***O acesso à justiça no domínio do ambiente é um pacote de garantias que inclui...***  
O acesso à justiça no domínio do ambiente constitui um pacote de garantias que permite que os cidadãos, incluindo as ONG, peçam a um tribunal nacional que verifique se uma determinada autoridade pública respeitou os direitos e os requisitos legais acima mencionados.



### ***... o direito a ser ouvido por um juiz nacional***

Na maioria dos países, o acesso aos tribunais é limitado. O requerente tem de demonstrar que tem o direito de ser ouvido, ou seja, tem de comprovar a existência de um interesse suficiente ou a infração de um direito. Quando se trata de questões ambientais, nem sempre é fácil demonstrar o direito a ser ouvido. Como alguém observou, «os peixes não podem ir a tribunal».

Uma forma de garantir que existe acesso à justiça é reconhecendo que as ONG ambientais devem poder interpor ações para proteger o ambiente.



### ***... que irá examinar o caso***

Cabe ao juiz nacional verificar se a autoridade pública agiu corretamente, isto é, examinar os factos que estão na origem da ação ou omissão da autoridade e examinar o que a autoridade teria de fazer ao abrigo das leis ambientais em questão.

O acesso à justiça no domínio do ambiente visa assegurar que o juiz nacional examina devidamente questões legítimas levantadas por cidadãos e ONG.



### ***... e ordenar a resolução do problema***

As ações ilegais — ou a falta de ação — por uma autoridade pública podem prejudicar a saúde dos cidadãos ou o meio ambiente. Se os danos causados forem graves, o juiz pode ordenar que a autoridade pública tome medidas.

O acesso à justiça no domínio do ambiente visa assegurar que os tribunais nacionais possam ordenar a tomada de medidas de reparação.



### ***... num processo economicamente acessível***

Ir a tribunal é dispendioso. Implica o pagamento de honorários dos advogados e outras despesas. Na maioria dos países, a parte perdedora deve pagar, além dos próprios custos, os custos incorridos pela outra parte. O risco de ter de pagar grandes quantias de dinheiro pode ser, na realidade, um importante fator de dissuasão.

O acesso à justiça no domínio do ambiente visa assegurar que os custos de ir a tribunal não sejam proibitivos.

## Como é que a União Europeia ajuda?

### *O Tribunal de Justiça da UE ajuda os tribunais nacionais...*

Os tribunais nacionais são tribunais de direito da UE. Existem para defender o cumprimento de direitos e requisitos. Fazem-no de acordo com as suas próprias tradições jurídicas, mas devem aplicar interpretações comuns daquilo que é exigido pelo direito da UE. São ajudados nesta tarefa pelo Tribunal de Justiça da UE, uma instituição que trabalha para toda a UE.

Por vezes, os tribunais nacionais têm de pedir ao Tribunal de Justiça da UE que esclareça aspetos importantes da lei, o que ajuda a evitar interpretações — e resultados — divergentes nos diferentes Estados-Membros.

### *... a oferecerem estas garantias*

Desde a década de 1990, os tribunais nacionais têm pedido ao Tribunal de Justiça que esclareça como devem lidar com as diferentes garantias acima indicadas. Este apelo resultou num importante conjunto de decisões que os podem ajudar.

**o Tribunal de Justiça da UE confirmou, em 2008, que um residente em Munique tinha o direito de ser ouvido num caso de poluição atmosférica perigosa**

Um residente em Munique pediu a um tribunal alemão que decretasse uma ordem a exigir que o Governo bávaro elaborasse um plano de qualidade do ar para reduzir a poluição atmosférica no seu bairro. Vivia apenas a 900 metros de uma estação de medição da qualidade do ar, que demonstrava que os valores-limite de qualidade do ar da UE para partículas em suspensão foram excedidos mais do que 35 vezes em 2005-2006. Inicialmente, foi-lhe dito por um tribunal alemão que não tinha o direito de ser ouvido. No entanto, após ter sido questionado, o Tribunal de Justiça da UE defendeu o seu direito de levar o caso a tribunal. Argumentou que uma pessoa afetada por problemas de saúde tinha o direito de interpor uma ação num tribunal nacional para solicitar a tomada de medidas.

**o Tribunal de Justiça da UE confirmou, em 2014, que era necessário tomar medidas para resolver um caso de poluição atmosférica perigosa no Reino Unido**

Uma ONG ambiental pediu aos tribunais do Reino Unido que ordenassem ao Governo que melhorasse os planos exigidos ao abrigo do direito da UE para reduzir os níveis perigosos de dióxido de azoto em 16 zonas urbanas, incluindo a Grande Londres. Os níveis elevados de dióxido de azoto afetam a saúde de milhões de britânicos, especialmente os grupos vulneráveis, como crianças e idosos. O tribunal de primeira instância do Reino Unido decidiu que não lhe competia ordenar ao Governo que melhorasse as medidas de qualidade do ar, mas o Supremo Tribunal do Reino Unido procurou orientações junto do Tribunal de Justiça da UE. Este último decidiu que o tribunal nacional devia decretar qualquer medida necessária para que o plano de poluição do ar ficasse em conformidade com a legislação da UE em matéria de qualidade do ar.

**o Tribunal de Justiça da UE confirmou, em 2011, que uma ONG eslovaca tinha o direito de ser ouvida numa ação destinada a proteger os ursos pardos**

Uma ONG ambiental interpôs recurso perante um tribunal eslovaco contra uma decisão administrativa que lhe recusava um estatuto que lhe teria permitido contestar a forma como as autoridades eslovacas estavam a proteger os ursos pardos. Esta espécie beneficia de salvaguardas legais ao abrigo da lei de conservação da natureza da UE. Após ter sido questionado, o Tribunal de Justiça da UE decidiu que os tribunais nacionais devem procurar, na medida do possível, conceder às ONG o direito de serem ouvidas em tais situações.



### *... e a Comissão elaborou orientações sobre a decisão do Tribunal da UE*

A Comissão adotou uma comunicação que reúne e explica as decisões do Tribunal de Justiça da UE para ajudar os indivíduos, as ONG, os administradores públicos e os tribunais e empresas nacionais a compreenderem o acesso à justiça no domínio do ambiente, bem como para ajudar os Estados-Membros e os tribunais nacionais a materializarem as suas garantias.



© Stockphoto/Peimail

<http://ec.europa.eu/environment/aarhus/index.htm>

Cover photo credit: © Stockphoto/Garosha; AVTG; RobertoDavid; BartCo